

Tem de manter o rombo, viu

VINICIUS TORRES FREIRE

A turma no poder deve entregar um governo ainda quebrado para o próximo presidente. Michel Temer e seus economistas diziam que fariam "o ajuste". Não rolou.

Em parte, os planos estavam errados. Em parte, o governismo rasgou a fantasia e partiu para o abraço do dinheiro público, em particular depois do grampo de Temer e dos rolos de um governo com tantos restos a pagar na polícia.

"A turma no poder" é a coalizão que tomou o Planalto e Congresso depois de Dilma Rousseff. Seria injusto atribuir o fracasso todo do ajuste aos economistas de Temer.

Afora gastos na Previdência e com servidores, a despesa federal é menor que a de 2013, "valeu o esforço". Mas o investimento está à míngua e, no mais, o plano deu errado. O governo continua falido.

Nessa coalizão, há empresários e executivos de Patópolis, a turma do pato amarelo, inimigos de qualquer aumento de impostos, embora vários sejam amigos de outros dinheiros.

Alguns estão na mira da Lava Jato. Muitos fizeram lobby pesado para arrebentar ainda mais as contas públicas.

Uns arrumaram perdões de dívidas às dezenas de bilhões, via Refis ou em cortesias para ruralistas. Outros ficaram na mumunha dos incentivos para a "indústria nacional", algumas chupando chupeta faz 60 anos.

A coalizão tem ainda empresários que de fato dão apoio ao programa algo fundamentalista dos economistas de Temer, que pelo menos é um programa, goste-se ou não, não uma mutretagem.

No centro da lambança, há o centrão, o MDB e seu agregado DEM, operadores de lobbies das empresas amigas da coalizão e de si próprios. Fazem parte da casta, como o Judiciário dos penduricalhos, os servidores das aposentadorias exorbitantes etc.

Depois do grampo de Temer, quase todo o mundo tirou a máscara. Passou a dizer "tem de manter isso, viu", os favores estatais. O presidente, no bico do corvo, dizia que barganhava votos pela reforma da Previdência. Foram-se os dedos, roubaram os anéis.

Os economistas erraram a previsão de aumento de receita e, como o restante da coalizão, por outros motivos, rechaçam mais impostos. Então, o rombo se impôs.

O programa de privatização e concessões foi no geral um fracasso, não rendendo receita bastante e menos ainda obras. As castas estatais levaram reajustes, cortesia de Temer e de um de seus economistas; o empresário agregado ganhou umas proteções.

Essa gente indizível que é o governismo no Congresso não aprovou nem os remendos para cobrir as vergonhas do Orçamento de 2018.

Em fins de 2019, o "teto" de gastos deve explodir, afora um milagre de crescimento de 4% ao ano até lá, o que remediaria a situação, apenas. Ou o "teto" cai ou despesas serão arrochadas até a morte por asfixia. Ou vem um impostoço.

Se não houver a gambiarra de uma emenda da Constituição, o governo de 2019 ficará paralisado para não descumprir o limite de endividamento novo ("regra de ouro"). A meta de superavit talvez seja cumprida, pois foi tão alargada que nessa cova cabe quase qualquer defunto fiscal.

Quem sabe façam milagres neste 2018, arrochos operísticos para diminuir o tamanho da bomba fiscal de 2019. Mas o troço deu errado até aqui.

Liberação de emendas bate recorde com Temer

Governo. Em ano de delação da J&F e denúncias, valor gasto com verbas indicadas por deputados e senadores chega a R\$ 10,7 bi em 2017, alta de 48% em relação a 2016

Thiago Faria
Isadora Peron

Em ano de delação do Grupo J&F e suspensão de duas denúncias criminais contra o presidente Michel Temer, as emendas parlamentares tiveram em 2017 o maior valor liberado dos últimos quatro anos. Ao todo, foram R\$ 10,7 bilhões, um crescimento de 48% em relação ao ano anterior e 68% maior do que o liberado em 2015, quando a execução se tornou obrigatória. As emendas parlamentares são indicações feitas por deputados e senadores de como o governo deve gastar parte dos recursos previstos no Orçamento. Os parlamentares costumam privilegiar seus redutos eleitorais. Incluem desde dinheiro para obras de infraestrutura, como a construção de uma ponte, até valores destinados a programas de saúde e educação. Embora impositivas – o governo é obrigado a pagá-las –, a prioridade dada a algumas emendas ainda é fruto de negociação política. Por isso, são usadas para barganhar apoio em votações importantes no Congresso. Em dezembro, enquanto o governo

ainda tentava votar a reforma da Previdência, houve a maior liberação mensal de empenhos, com R\$ 3,24 bilhões (30,1% do total).

A conta inclui as indicações feitas individualmente por parlamentares e pelas bancadas estaduais e do Distrito Federal. Os descongestionamentos de recursos no fim do ano, motivados pela constatação de que o rombo nas contas públicas seria menor do que o previsto, ajudaram a acelerar o ritmo de liberações no mês. Antes disso, os meses seguintes à divulgação da delação premiada da J&F, que implicaram Temer, concentravam os maiores valores liberados aos projetos dos parlamentares. Foram R\$ 2,02 bilhões em junho e mais R\$ 2,24 bilhões em julho. Durante a votação da primeira denúncia baseada na delação, no dia 2 de agosto, o então ministro da Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy (PSDB-BA), foi flagrado negociando a liberação de emendas com deputados da base aliada. “As emendas existem para serem executadas, independentemente de serem oriundas de parlamentar da base ou da oposição. Na época das votações, a oposição sempre vem com essa cantilena, mas na verdade esse trabalho deve ser permanente”, afirmou o atual titular da pasta, Carlos Marun (MDB-MS).

Saúde. Levantamento feito pelo Estado nas mais de 7 mil emendas individuais que tiveram algum valor executado ao longo do ano mostra que 93,5% do desembolsado pelo governo foi para a saúde, única área cuja destinação é obrigatória por lei. Os dados são do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Do R\$ 1,36 bilhão que foi para a saúde, quase a totalidade (98%) serviu para apoio e manutenção de unidades em cidades indicadas por parlamentares. O deputado Domingos Neto (PSD-CE), por exemplo, direcionou R\$ 11,28 milhões para abastecer os Fundos Municipais de Saúde de 36 prefeituras no interior do Ceará. Sua emenda foi a de maior valor pago no ano. A segunda área que mais teve emendas pagas foi agricultura, com R\$ 39 milhões.

A maior delas foi de outro governista, o deputado Valdir Colatto (MDB-SC), que conseguiu a liberação de R\$ 2,34 milhões para 21 cidades de seu Estado – entre elas Cordilheira Alta, que recebeu R\$ 341 mil para comprar uma escavadeira hidráulica, e Vargem Bonita, que teve R\$ 253 mil para construir a Casa do Produtor, local que servirá para o comércio da produção agrícola. Embora tenha sido o segundo órgão com o maior número de emendas individuais empenhadas no Orçamento do ano





passado, o Ministério das Cidades não teve nenhuma delas pagas em 2017. O mesmo ocorreu com Transportes, Meio Ambiente e Transparência. Quando uma emenda é empenhada, mas não paga, ela fica na fila de pagamentos do ano seguinte, como restos a pagar. Partidos. Na divisão por legendas, 72,8% das emendas empenhadas foram indicadas por parlamentares da base. O MDB foi o mais contemplado (R\$ 1,032 bilhão). Parlamentares do PT, que tem a segunda maior bancada na Câmara, tiveram R\$ 831 milhões. Na comparação com o que foi efetivamente pago, porém, a diferença é maior. Foi R\$ 1,13 bilhão para parlamentares da base (75,8%), ante R\$ 254,05 milhões (17,1%) para opositores.





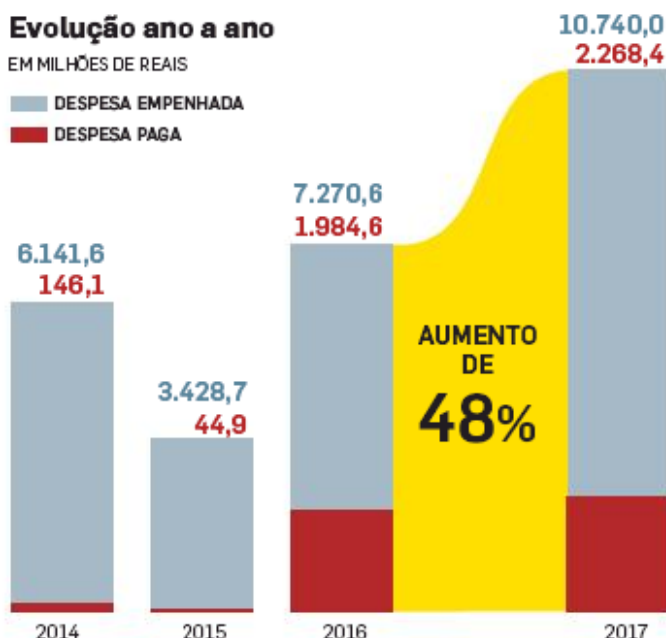
RECURSOS

● Valor liberado para emendas em 2017 é o maior dos últimos 4 anos

Evolução ano a ano

EM MILHÕES DE REAIS

■ DESPESA EMPENHADA
■ DESPESA PAGA



Evolução por mês em 2017

EM MILHÕES DE REAIS

| MÊS | DESPESA EMPENHADA | DESPESA PAGA |
|-----------|-------------------|--------------|
| Janeiro | 1,0 | 0,001 |
| Fevereiro | 1,4 | 0 |
| Março | 5,2 | 0 |
| Abril | 5,5 | 0,4 |
| Maio | 89,5 | 4,1 |
| Junho | 2.024,5 | 3,4 |
| Julho | 2.241,5 | 4,9 |
| Agosto | 199,2 | 867,5 |
| Setembro | 1.040,9 | 212,2 |
| Outubro | 1.223,2 | 263,1 |
| Novembro | 666,0 | 375,5 |
| Dezembro | 3.242,54 | 536,6 |

Os 10 principais destinos de emendas pagas pelo governo em 2017

EM MILHÕES DE REAIS

| AÇÃO | VALOR | AÇÃO | VALOR |
|---|----------|--|-------|
| APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE | 1.342,54 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT | 4,05 |
| FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO | 38,74 | REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR | 4,05 |
| ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA | 22,25 | FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS | 3,93 |
| PROMOÇÃO E MARKETING DO TURISMO NO MERCADO NACIONAL (INCLUI O PAGAMENTO DE SHOWS) | 7,15 | FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR | 3,12 |
| APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO | 6,43 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS | 3,10 |

FONTE: SICP/CÂMARA DOS DEPUTADOS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

ANÁLISE

Pagamento não é ilegal, tampouco ético e republicano

Rodrigo Augusto Prando

O caso das emendas parlamentares – no governo Temer e em outros – traz, à memória, dois chistes feitos, geralmente, pelos economistas: o já clássico “não existe almoço grátis” (“there is no free lunch”) e, ainda, que, se “torturados, os dados podem revelar o que quisermos”. Especificamente em relação ao atual governo federal, houve em 2017 o pagamento de R\$ 10,7 bilhões – um aumento de 48% em relação a 2016 e 68% se comparado com 2015. As cifras, aqui, apresentam claramente a conjugação dos dois chistes acima. Temer liberou mais dinheiro na contenda política para barrar as denúncias que poderiam afastá-lo da Presidência e, por isso, o pedido da Procuradoria-Geral da República não teve autorização da Câmara dos Deputados para prosseguir no

Supremo Tribunal Federal (um almoço assaz caro!).

As emendas parlamentares são impositivas – ou seja, desde que aprovadas, o governo tem o dever de pagá-las. Contudo, ele também pode priorizar algumas e atrasar o pagamento de outras. No presidencialismo, esse poder está nas mãos, na caneta, do chefe do Executivo. Não é ilegal, ao que tudo indica, mas não pode ser considerado nem ético nem republicano. Em momento de recuperação de uma forte e dolorosa crise econômica, esses recursos, das emendas, foram usados até para o custeio de shows.

CIENTISTA SOCIAL E
DOUTOR EM SOCIOLOGIA, É
PROFESSOR E PESQUISADOR
DO CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS DO MACKENZIE

No Ceará, verba pagou show de Wesley Safadão

Apresentação de R\$ 246 mil foi custeada com dinheiro público por indicação de deputada

Thiago Faria / BRASÍLIA

Embora a maior parte do dinheiro tenha sido destinada à saúde, a lista de emendas parlamentares pagas pelo governo em 2017 inclui de show do cantor Wesley Safadão a campeonato de motocross no interior de Minas. Do total de R\$ 2,27 bilhões liberados, pelo menos R\$ 5,73 milhões serviram para quitar cachês de artistas. Em junho, por exemplo, o Ministério do Turismo repassou R\$ 1,2 milhão à prefeitura de Maracanaú, no Ceará, por indicação da deputada Gorete Pereira (PR-CE). A emenda havia sido empenhada no mês anterior e serviu para pagar a 13.^a edição da Festa de São João da cidade. O show de abertura coube a Wesley Safadão, famoso por hits como Aquele 1% e Ar Condicionado no 15. Ele cobrou R\$ 246 mil pela apresentação. O valor enviado à prefeitura foi quase integralmente usado para pagar cachês.

Além de Safadão, apresentaram-

se as duplas sertanejas Bruno & Marrone (cachê de R\$ 250 mil), Victor & Léo (R\$ 200 mil) e bandas como Aviões do Forró (R\$ 180 mil). O repasse ocorreu em 7 de junho, antes da primeira denúncia contra o presidente Michel Temer ser apresentada, mas após a revelação da delação de executivos do Grupo J&F. Gorete votou a favor de Temer nas duas denúncias. Ela nega relação da liberação do recurso com o seu voto. Ao todo, o governo pagou R\$ 7,15 milhões para promoção e marketing de municípios, ação na qual se enquadra o repasse para artistas. Valor bem próximo do que foi destinado para universidades federais (R\$ 7,38 milhões) e superior ao enviado para obras de infraestrutura hídrica (R\$ 2,58 milhões).

Festas. Ao todo, foram 55 artistas, em 20 cidades, com cachês que variaram de R\$ 30 mil aos R\$ 250 mil de Bruno & Marrone. Ao menos outras sete prefeituras que receberam repasses via emendas usaram o dinheiro para contratar atrações artísticas para festas juninas. Em Sapiranga, no Rio Grande do Sul, porém, foram enviados R\$ 700

mil para financiar a 34.^a Festa das Rosas. O pagamento se deu por meio de uma emenda do deputado federal Renato Molling (PP-RS), aliado de Temer e marido da prefeita da cidade, Corinha Beatris Ornes Molling. O evento teve shows de Michel Teló (cachê de R\$ 170 mil), Titãs (R\$ 126 mil), Naiara Azevedo (R\$ 160 mil), entre outros. Mas as emendas não financiaram só saúde e shows.

Uma emenda parlamentar do deputado Tenente Lúcio (PSB-MG) garantiu R\$ 250 mil para a realização da 5.^a etapa do Campeonato Brasileiro de Motocross de Tupaciguara, em Minas. O convênio com o Ministério do Esporte que viabilizou o repasse foi oficializado no dia 23 de outubro, dois dias antes de Tenente Lúcio dar seu voto contra o andamento da segunda denúncia contra Temer, a exemplo do que já havia feito em agosto. A depender das emendas indicadas no Orçamento de 2018, o pagamento de shows continua garantido para este ano. Deputados e senadores destinaram, ao todo, R\$ 32,93 milhões para “promoção e marketing de municípios no cenário nacional”.

Eventos são fiscalizados, diz Ministério do Turismo

Pagamento de cachês de artistas com dinheiro de emendas está previsto com base em regras definidas pela pasta

Alvo de polêmicas e suspeitas de irregularidades em anos anteriores, o pagamento de cachês de artistas está previsto como um dos destinos possíveis das emendas parlamentares, desde que siga uma série de regras definidas por meio de portaria do Ministério do Turismo. Segundo a assessoria da pasta, para receber, o artista precisa estar previamente cadastrado no ministério e todos os eventos são fiscalizados. A portaria prevê até mesmo a fiscalização in loco no caso de eventos que recebam repasses superiores a R\$ 300 mil ou que já tenham sido alvo de denúncias de irregularidades.

O ministério envia um funcionário

ao local em caso de solicitações formais dos órgãos de controle. 'Tradição'. A deputada Gorete Pereira (PR-CE) disse que o financiamento do São João de Maracanaú com emenda parlamentar já se tornou uma "tradição". "Maracanaú é considerado o segundo maior São João do Brasil. A cidade tem 260 mil eleitores. A festa junta de 30 mil a 40 mil pessoas por show. O que eu boto (no São João) é tradição. Já é o sexto ano seguido", disse Gorete, que destinou R\$ 1,2 milhão para a festa em 2017. Autor da emenda que custeou uma etapa do Campeonato Brasileiro de Motocross em Tupaciguara, em Minas, o deputado Tenente Lúcio (PSB-MG) afirmou que o repasse se deu por sua atuação na área do esporte. O deputado Renato Molling (PP-RS) foi procurado, mas não respondeu. / T.F.

BNDES corre risco de calote de US\$ 2 bi de Angola, Venezuela e Moçambique

Crédito. Se esses países não honrarem o pagamento de empréstimos feitos para financiar obras de empreiteiras brasileiras no exterior, quem vai arcar com a dívida é o Tesouro Nacional, que deu garantia ao negócio; Odebrecht foi a mais beneficiada

Vinicius Neder / Rio e Adriana Fernandes / Brasília

Após calotes de Venezuela e Moçambique, no ano passado, Angola pode ser a próxima a atrasar pagamentos de empréstimos do BNDES que financiaram obras de empreiteiras brasileiras. No total, o banco tem US\$ 4,3 bilhões a receber de dívidas nessa modalidade, sendo US\$ 2 bilhões de Venezuela, Moçambique e Angola. Desde 1997, o banco liberou US\$ 10,5 bilhões para 15 países e obteve US\$ 8,2 bilhões de retorno, incluindo juros.

A conta dos atrasos, na verdade, ficará com o Tesouro Nacional, pois as operações têm seguro, coberto pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Vinculado ao Ministério da Fazenda, o fundo é feito para garantir esse tipo de empréstimo. Nos financiamentos de longo prazo no exterior, é normal haver participação dos governos no crédito ou nas garantias, dizem especialistas.

Mesmo que os recursos sejam

recuperados à frente, após renegociações com os devedores, não há previsão orçamentária em 2018 para os eventuais calotes, informou o Ministério da Fazenda. Novos calotes podem pressionar ainda mais as contas públicas, já deficitárias.

A Venezuela preocupa mais. Do calote de US\$ 262 milhões anunciado em setembro, US\$ 115 milhões são com o BNDES. O banco tem mais US\$ 274 milhões a receber apenas neste ano, do saldo devedor total de US\$ 814 milhões. O atraso da parcela deste ano implicaria gasto adicional de R\$ 885 milhões no Orçamento federal de 2018. A avaliação do governo é que dificilmente a dívida será paga normalmente, disse uma fonte.

Angola, maior devedora do BNDES, não chegou a esse ponto, mas o novo governo, eleito em agosto, anunciou na última quarta-feira um pacote de ajuste que prevê a renegociação da dívida externa para lidar com o tombo nas receitas com as exportações de petróleo. A Embaixada de Angola em Brasília informou que não teria como comentar o assunto na sexta-feira. O Ministério da Fazenda e o BNDES negaram qualquer contato de Angola sobre atrasos.

Entre 2002 e 2016, o BNDES contratou US\$ 4 bilhões em empréstimos com o país africano, a

maioria para projetos da Odebrecht, como a construção da Hidrelétrica de Laúca. A obra recebeu financiamento de US\$ 646 milhões, em duas operações, de 2014 e 2015. Em nota, a Odebrecht diz que "não há qualquer atraso" do governo angolano, embora a empresa tenha frisado que, como a dívida é com o banco de fomento, não acompanha o pagamento.

No caso de Moçambique, houve calote de US\$ 22,5 milhões no empréstimo para a construção do Aeroporto de Nacala, no norte do país, a cargo da Odebrecht. A obra, de US\$ 125 milhões, virou um elefante branco. Como mostrou o Estado no mês passado, o terminal opera com 4% da capacidade de 500 mil passageiros por ano. O país da costa leste africana ainda deve US\$ 161 milhões ao BNDES.

Polêmica. O crescimento dos recursos para financiamentos de obras no exterior foi um dos pontos polêmicos das gestões do BNDES durante os governos do PT. O banco seguiu critérios políticos e ideológicos na escolha dos países que receberam crédito e ofereceu condições vantajosas demais, dizem os críticos. Para o diretor da área de Comércio Exterior do BNDES, Ricardo Ramos, a instituição já reconheceu que pode melhorar o financiamento à exportação de serviços de engenharia ao estabelecer novos critérios para a aprovação dos





empréstimos, quando anunciou a suspensão de 25 operações com empreiteiras, em outubro de 2016.

Mesmo assim, Ramos defendeu a política. Segundo o executivo, o FGE cobra pelo seguro oferecido aos países credores. Os valores são proporcionais ao risco. O governo tem enfatizado que o fundo tem atualmente um superávit de R\$ 4,19 bilhões (US\$ 1,3 bilhão), entre taxas e indenizações. A escolha dos países de destino, disse Ramos, se deve à demanda: os projetos que buscam crédito do BNDES, normalmente, são em países emergentes, mais arriscados. "O atraso é pontual. Esses países vão pagar", disse o diretor.

Política do banco é alvo de críticas

- A política de promover as exportações de serviços de engenharia com crédito público é prática de muitos países, afirmam especialistas. Ainda assim a estratégia do BNDES é alvo de críticas. "A Odebrecht monopolizou os financiamentos do BNDES. Essa é a anomalia", diz Mathias Alen-castro, pesquisador do Centro Brasileiro de

Análise e Planejamento (Cebrap) especializado nas relações Brasil-África. Segundo ele, o foco em Angola seguiu uma estratégia comercial da Odebrecht. O consultor Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior no governo Lula, considera os atrasos como risco inerente ao sistema internacional de financiamento. São poucos os casos de inadimplência, diz, destacando que os países tendem a retomar os pagamentos, sob pena de ficarem sem crédito externo.

Confiança

"A instituição já reconheceu que pode melhorar o financiamento à exportação de serviços de engenharia, estabelecendo novos critérios para a aprovação dos empréstimos, quando anunciou a suspensão de 25 operações com empreiteiras, em outubro de 2016."

"O atraso é pontual. Esses países vão pagar."

Ricardo Ramos

DIRETOR DA ÁREA DE
COMÉRCIO EXTERIOR DO
BNDES





CRÉDITO DE RISCO

● O apoio do BNDES para obras de empreiteiras brasileiras no exterior desde 1997

EM MILHÕES DE DÓLARES

| PAÍS DE DESTINO | SALDO DEVEDOR DESEMBOLSOS | |
|----------------------|---------------------------|--------------|
| | TOTAL ▶ 4.320 | 10.499 |
| Angola | 1.062 | 3.273 |
| Argentina | 350 | 2.006 |
| Costa Rica | 32 | 43 |
| Cuba | 536 | 656 |
| Equador | 191 | 685 |
| Gana | 144 | 154 |
| Guatemala | 154 | 168 |
| Honduras | 57 | 59 |
| México | 82 | 90 |
| Moçambique | 161 | 188 |
| Paraguai | 0 | 77 |
| Peru | 270 | 348 |
| República Dominicana | 466 | 1.215 |
| Uruguai | 0 | 31 |
| Venezuela | 814 | 1.507 |

Grandes projetos financiados em Angola

Construtora Odebrecht

EM MILHÕES DE DÓLARES

| | |
|--|---------|
| Hidrelétrica de Laúca | 646,496 |
| Construção de 3 mil unidades habitacionais | 281,031 |
| Construção da Central 2 da Hidrelétrica de Cambambe fase I e II e do alteamento da barragem e vertedouro lateral da Hidrelétrica de Cambambe | 464,399 |
| Obras da 6ª fase do programa de saneamento básico de Luanda | 145,063 |
| Sistema de Transporte de Energia Elétrica Lucala-Pampos de Sonhe-Uige | 134,880 |
| Construção do Aeroporto Internacional de Catumbela, na Província de Benguela | 110,000 |

Análise : Sérgio Lazzarini

Valeu a pena financiar obras no exterior?

Ainda que o apoio do BNDES às empreiteiras em obras no exterior seja apenas uma fração dos empréstimos do banco, a sua avaliação é instrutiva para mostrar, mais uma vez, os vícios das políticas industriais executadas no Brasil.

Quando questionados se esse tipo de apoio realmente valia a pena, dados os custos e riscos de emprestar para países de crédito duvidoso, executivos do banco se justificavam de três formas principais, todas essas falhas.

A primeira insistia que o risco da operação era baixo, em função do seu próprio histórico, e da existência de um fundo garantidor com recursos do Tesouro. Justificativa que acaba de cair por terra, dados os calotes que já ocorreram e que podem ainda acontecer. O fundo garantidor que será acionado para cobrir esse rombo, vale lembrar, é bancado pelos cofres públicos.

A segunda defesa, rebatendo críticas de que os empréstimos envolviam taxas aquém das praticadas no Brasil (ao redor de 4%-5% ao ano), lembrava que as operações eram financiadas por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), remunerado, em dólar, pela taxa Libor, abaixo dos juros dos contratos.

Só que isso não implica que se trata de boa política ou que não tem custo. Esse ano, o próprio BNDES poderá devolver recursos ao FAT, atualmente deficitário. Além disso, se os juros dos empréstimos forem comparados ao custo da dívida brasileiro, o resultado, sob qualquer ótica, fica negativo.

Finalmente, o terceiro argumento destacava os possíveis benefícios dos empréstimos, lembrando que não eram para países, mas sim para empresas brasileiras utilizando máquinas e insumos (em tese) produzidos localmente.

Mas pouco se fez para demonstrar esses benefícios com maior precisão. Uma empresa que exporta com essa linha de crédito, mais custosa, gera realmente mais renda ao País do que faria com outro tipo de atividade exportadora ou com projetos localmente executados?

Uma criteriosa análise de custos e benefícios deveria estar na agenda de gestores públicos preocupados com rigor e zelo nas suas escolhas. Infelizmente, essa não tem sido a prática, inclusive nessas operações ao exterior.

PROFESSOR DO INSPER

Banco suspendeu 25 operações em 2016

Na Lista do BNDES estão, entre outras obras, a construção da Barragem Moamba-Major - em Moçambique

RIO- Apesar do atraso no pagamento de US\$ 22,5 milhões da dívida de Moçambique com o BNDES, as eventuais perdas a serem cobertas pelo Tesouro Nacional com novos adiamentos do governo moçambicano foram diminuídas porque o banco de fomento suspendeu os desembolsos do empréstimo de US\$ 320 milhões para a construção da Barragem de Moamba-Major, para o fornecimento de água. A obra está a cargo da Andrade Gutierrez. O financiamento foi contratado em 2014. O projeto faz parte da lista de 25 operações suspensas pelo BNDES em maio de 2016, por suspeitas de corrupção nos projetos, tocados por empreiteiras investigadas pela Lava Jato De lá para cá, nove operações foram liberadas, seja porque os desembolsos foram retomados, seja porque o país de destino desistiu do crédito. Na maioria dos casos, como nas obras de uma rodovia e de uma ter-moelétrica na República

Dominicana e do Aeroporto de Havana, em Cuba, houve desistência. Os 16 restantes seguem suspensos, informou o BNDES.

Quando anunciou a suspensão dos empréstimos, em outubro de 2016, o BNDES definiu, consultando o Tribunal de Contas da União (TCU), novos critérios tanto para levantar a suspensão quanto para contratar novos financiamentos do tipo - embora, com os escândalos de corrupção, as construtoras não tenham mais demandado crédito para esse fim.

Segundo o diretor da Área de Comércio Exterior do BNDES, Ricardo Ramos, o banco passará a analisar o mérito dos projetos. Antes, fazia apenas a avaliação do risco de crédito, que passava também pelo crivo do Fundo de Garantia à Exportação, com cobrança de taxas adicionais conforme o risco do país e exigência de garantias. "A política do banco era assim há 20 anos, ninguém nunca veio falar. Dadas as suspeitas que se apresentaram, o BNDES podia melhorar e a gente melhorou." / v.n.

CONJUNTURA »

Governo quer reduzir em 17 mil quadro das estatais

Meta da Sest é de que programas de desligamento deixem as empresas públicas com menos de 500 mil funcionários até o fim do ano. Economia esperada com as saídas é de até R\$ 3 bilhões. Pelo menos, 12 PDVs devem ser tocados

ROSANA HESSEL

O governo pretende reduzir o quadro de pessoal das estatais em mais 17 mil funcionários neste ano. Essa é a meta da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento. “Estão sendo trabalhados 12 programas de desligamento voluntário (PDVs) para 2018 e estimamos uma economia de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 3 bilhões (caso todo público-alvo saia)”, informa o titular da Sest, Fernando Soares.

Entre os programas de demissão em andamento, destacam-se o da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), aberto no fim do ano passado, o das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e o da Valec, de acordo Soares. Existe também a expectativa de reabertura do PDV dos Correios. Alguns programas ainda são embrionários”, acrescenta.

De acordo com dados do último boletim da Sest, referente ao terceiro trimestre de 2017, as 149 estatais

em operação empregavam 506,8 mil trabalhadores. Uma queda de 4,9% sobre os 533.133 mil de 2016. O corte pretendido em 2018 é menor: de 3,3% do total, mas o objetivo é chegar em dezembro com menos de 500 mil funcionários nas empresas públicas — a menor quantidade desde 2010.

Os 11 PDVs abertos em 2017 contribuíram com o fechamento de 15.252 trabalhadores, ou 63% dos 24.188 que integravam o público-alvo desses programas, de acordo com o Planejamento.

Reestruturação

Além dos PDVs, segundo Soares, a Sest estará focada na reestruturação de várias estatais. Um, considerado bastante ambicioso para ele, é o da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), que emprega mais de 10 mil pessoas e, em 2016, possuía patrimônio líquido negativo de R\$ 3,9 bilhões.

Segundo a Infraero, foram abertos dois programas de desligamento incentivado, sendo um iniciado em 2012 e outro, em 2016. Ambos continuam em andamento, tendo passado por atualizações no ano passado. Em 2017, 1.051 funcionários saíram por meio desses programas, totalizando 3.522 trabalhadores desde 2012.

O chefe da Sest adianta que elaborou uma proposta de reestruturação que envolve a venda de 60% da participação da Infraero em sete aeroportos, mas sem que a empresa abra mão dos dois aeroportos mais movimentados que administra: Santos Dumont e Congonhas. “O processo tem que manter a sustentabilidade da estatal. Nosso modelo prevê a venda do controle em Curitiba, Manaus, Belém, Goiânia, Foz do Iguaçu (PR), São Luís e Navegantes (SC)”, revela.

Segundo ele, o principal objetivo da reestruturação é acabar com a dependência da empresa do Tesouro Nacional. “Essa operação dará um retorno interessante para a Infraero, que poderá continuar pagando a reestruturação e o PDV em curso, trazendo o quadro de pessoal para o nível necessário”, afirma. Soares informa ainda que está prevista a criação de uma estatal que absorverá as operações de aproximação e de torre, hoje sob responsabilidade da Infraero.

Dependência

Soares reconhece que as estatais que mais precisam de reestruturação são as dependentes do Tesouro Nacional. Existem 18, que consumiram, até setembro do ano passado, R\$ 12,7 bilhões dos R\$ 20 bilhões previstos para o ano no Orçamento da União. São estatais que, em vez de reduzir, ampliaram o





quadro funcional, entre 2016 e o ano passado, passando de 74.141 para 74.041 até setembro.

Um dos projetos de reestruturação mais adiantados, já encaminhado à Casa Civil, é o da Ceitec, empresa especializada em microprocessadores e que, em outubro, empregava 196 pessoas. A companhia é praticamente 100% dependente de recursos do Tesouro. Na avaliação de Soares, além de apresentar resultados muito ruins, o propósito é controverso, ao contrário da Embrapa, que é considerada estratégica, apesar de também ser deficitária.

Outra estatal dependente que precisa ser reestruturada é a EBC, segundo Soares. Ele informa que o plano está sendo elaborado e a extinção da TV Brasil é uma possibilidade considerada no processo. Apesar de ter um índice de 72% de dependência de recursos da União, abaixo da média das estatais que não geram receitas suficientes, a empresa é deficitária e precisa reduzir o quadro, atualmente de 2,5 mil pessoas. “O PDV foi aberto no fim do ano e temos espaço para enxugar 500 vagas, que

representariam 20% do quadro, sem reposição”, afirma.

Investimentos

Os investimentos das estatais têm caído substancialmente nos últimos anos, refletindo a crise fiscal do governo e, atualmente, se encontram em níveis baixíssimos. Em 2017, representaram apenas 46% do pico de R\$ 74 bilhões, registrados em 2013. E o valor realizado até setembro, de R\$ 34,3 bilhões, equivale a somente 2,3% do orçamento total, de R\$ 1,3 trilhão.

“As estatais investem muito pouco em relação ao orçamento que possuem, revelando que as despesas de custeio são muito grandes porque são inchadas e pouco eficientes”, resume o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas. “Esses números refletem que muita despesa precisa ser cortada e que os ajustes fiscais estão sendo feitos de forma distorcida”, emenda.

Para Castello Branco, a queda dos investimentos de estatais mostra que o ajuste fiscal está sendo feito

de forma equivocada e preocupante. “Quando uma empresa deixa de investir, ela fica obsoleta e pouco competitiva”, alerta. Ele ainda lamenta a falta de transparência nos dados das estatais. “Essas empresas movimentam R\$ 1,3 trilhão, montante que não pode ser desprezado. Em qualquer ministério, é possível mapear todos os pagamentos e os favorecidos, quem são as empresas contratadas. Mas o mesmo não é possível nas estatais. Não é à toa que presenciamos escândalos de corrupção sistemáticos nas estatais, como os Correios e a Petrobras”, afirma.

O especialista ressalta que a privatização das empresas públicas é um dos caminhos para reduzir a corrupção e o tamanho do Estado, além de ajudar no equilíbrio das contas públicas. Não por acaso, o tamanho da interferência do governo nas estatais listadas acaba se refletindo na bolsa de valores. “Os papéis sobem com qualquer notícia de privatização porque o conceito é de que a gestão privada é melhor do que a pública e que o corporativismo prevalece nas empresas ineficientes”, resume.

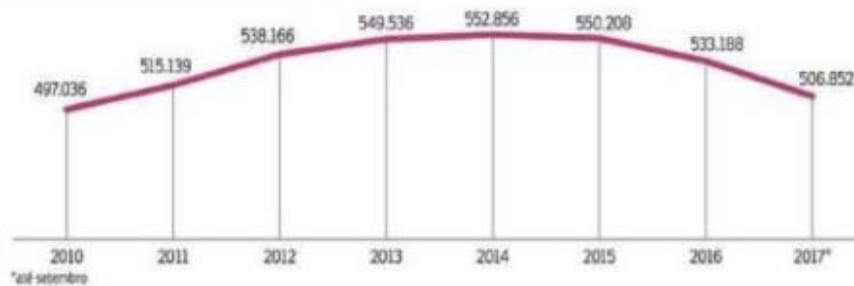




Enxugamento contínuo

Governo prevê a realização de 12 programas de demissão nas estatais federais em 2018

Evolução do quadro de pessoal efetivo



PDVs abertos em 2017

| Empresa | Público-alvo | Desligamentos |
|---|---------------|---------------|
| Banco do Nordeste (BNB) | 210 | 214 |
| Caixa Econômica Federal* | 10.000 | 6.921 |
| Casa da Moeda | 414 | Não informado |
| Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) | 146 | Não informado |
| Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) | 1.670 | 1.115 |
| Correios* | 8.200 | 6.263 |
| Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM)* | 469 | 51 |
| Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) | 101 | Não informado |
| Eletrobras — Centrais Elétricas Brasileiras* | 2.644 | 668 |
| Eletrobras — Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) | 264 | Não informado |
| Banco da Amazônia (Basa)** | 70 | — |
| Subtotal 2017 | 24.188 | 15.252 |

* Desligamentos até outubro de 2017

** PDV permanece em aberta

À mingua

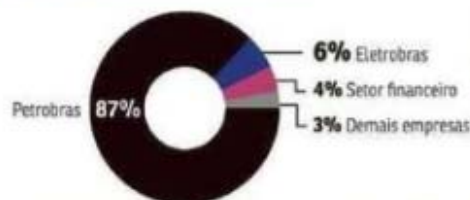
Investimentos de estatais encolhem



* executado até o terceiro trimestre

** dado até outubro/2017 inventado pela Contas Abertas

Participação das estatais no investimento total



O peso das dependentes

18 empresas entre as 149 estatais federais são totalmente dependentes de recursos do Tesouro Nacional e não estão reduzindo seus quadros

| | 2016 | 2017 |
|-----------------------------------|--------|---------|
| Pessoal | 72.141 | 71.041* |
| Dotação prevista (em R\$ bilhões) | 18,2 | 20,5 |
| Empenhado (em R\$ bilhões) | 15,1 | 12,5** |

* até setembro

** até 12/11/2017

Fonte: Set/Ministério do Planejamento